



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

PARECER Nº 29/2016/AMS/CGN/DREI

Processo nº 00095.003258/2016-51

Recorrente: Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo
(Elaine Flygare)

Assunto: Recurso Ministerial.

I. Denúncia contra Leiloeira Oficial. A falta da complementação a que se refere o parágrafo anterior, no prazo fixado pela Junta Comercial, sujeita o omissor a regular processo administrativo de destituição art. 28, § 3º da Instrução Normativa DREI nº 17, de 5 de dezembro de 2013.

II. Decisão do Colégio de Vogais pelo sobrestamento do processo até que matéria seja julgada no STF.

III. Recurso da Procuradoria para regular julgamento do processo.

IV. Pelo provimento do Recurso ao Ministro.

Senhora Coordenadora-Geral,

Trata-se de recurso ao Ministro¹ interposto pela Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, contra a decisão do Plenário que decidiu pelo sobrestamento do processo de responsabilidade da leiloeira Elaine Flygare, por não complementação do valor da caução, até que a matéria seja julgada pelo Supremo Tribunal Federal, onde encontra-se Recurso Extraordinário que reconheceu a repercussão geral da matéria.

2. O processo, ora em exame, originou-se com denúncia oferecida pela Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo em face da Leiloeira Oficial Elaine Flygare por ter deixado de cumprir a Deliberação JUCESP nº 1/96, que determinava a complementação do valor da caução, a fim de atingir o novo valor da garantia.

¹ Atualmente, a competência é do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por força da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, que alterou a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que no uso de suas atribuições, por meio da Portaria nº 1.392, de 11 de julho de 2006, delegou tal competência ao Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa.

3. Contudo, o processo encontrava-se suspenso, uma vez que a matéria estava em trâmite perante a 18ª Vara da Justiça Federal (fls. 31 do Anexo I).

4. Em 23 de novembro de 2012, a Procuradoria se manifestou, por meio da Manifestação CJ/JUCESP nº 1425/2012, nos seguintes termos:

2. Consta que em 09/4/2012 foi julgado extinto, sem resolução do mérito, o processo referido no expediente (97.0012576-9, 18ª Vara Federal, mais tarde redistribuído à 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital – Justiça Estadual, onde recebeu o número 0031210-61.2010.8.8.26.0053).

3. Não consta a interposição de recurso, razão pela qual, ante o decurso de mais de 7 meses, presume-se o trânsito em julgado.

4. **Assim, entendo deve cessar a suspensão do andamento deste procedimento administrativo, retornando à sua tramitação regular, mediante nova notificação do interessado para promover a complementação da caução, no prazo de 30 dias a contar da data do recebimento.**

5. Não efetuada a complementação, com ou sem manifestação do interessado, as autos deverão seguir à D. Presidência para decisão. (Grifamos)

5. Após tentativa de notificação, a denunciada foi notificada via edital, mas não apresentou defesa, deixando o prazo transcorrer *in albis*, conforme documento às fls. 43 do Anexo I.

6. O Presidente da JUCESP determinou que os autos fossem para a Secretaria Geral para nomeação de Vogal Relator.

7. Assim, a Vogal Relatora apresentou, às fls. 104 do Anexo I, seu voto no sentido de que o processo continue suspenso, até que seja proferida decisão judicial no Recurso Extraordinário nº 611.585, do Supremo Tribunal Federal em que foi reconhecida a repercussão geral do assunto.

8. Submetido o processo a julgamento, o Eg. Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo, em sessão realizada no dia 12 de agosto de 2015, deliberou por maioria de votos pelo sobrestamento do processo, nos termos do voto da Vogal Relatora.

9. Inconformada com a r. decisão do Plenário da JUCESP, a Procuradoria interpôs o presente recurso ao Ministro, expondo inicialmente que *“a leiloeira em questão deixou de complementar a caução obrigatória, ficando, portanto, caracterizada a infração disciplinar*

capitulada pelo art. 28, parágrafos 2º e 3º, da IN nº 17/2013, do DREI, o que ensejaria a pronta aplicação da penalidade de destituição e cancelamento da matrícula, na forma prevista pelo art. 47 e seguintes, da IN nº 17/2013, do DREI.”.

10. Argumenta que *“o reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo E. STF não inibe a Administração de aplicar as normas legais inerentes, dado que a finalidade da repercussão geral é a de restringir o número de demandas submetidas ao STF e não a de sobrestar ou suspender processos.”.*

11. Por fim, requer o provimento do presente recurso para reformar *“a decisão plenária que sobrestou o julgamento do processo ordenado à aplicação de sanção ao recorrido por estar pendente a repercussão geral da matéria e determinando-se o regular julgamento do processo.”.*

12. Novamente, a leiloeira, após tentativas de notificação pelos correios, foi notificada por edital e deixou o prazo para apresentação da defesa transcorrer *in albis* (fls. 18).

13. A seu turno, os autos do processo foram remetidos à consideração deste Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI.

14. Da análise do processo, verifica-se que o recurso em exame objetiva a reforma da decisão do Eg. Plenário da JUCESP, que deliberou, por maioria, pelo sobrestamento do processo em razão de existir Recurso Extraordinário em trâmite perante o STF, que foi reconhecida a repercussão geral e o mérito da questão será analisada.

15. Cumpre ressaltar que sob o ângulo da repercussão geral, o relator da matéria, Ministro Marco Aurélio, anotou que a questão é relevante do ponto de vista social, ultrapassando o interesse subjetivo das partes. Assim, *“o Tribunal, em 6 de agosto de 2011, reconheceu a existência de repercussão geral da matéria versada no extraordinário – a controvérsia acerca da compatibilidade entre o Decreto nº 21.981/32, que prevê a exigência de prestação de fiança em dinheiro ou apólices da dívida pública federal, após a habilitação do leiloeiro, e o artigo 5º, inciso XIII, da Carta Política.”.*

16. Feitas às considerações acima, passemos a examinar o presente processo sob a ótica da legislação pertinente à matéria.

17. Inicialmente, é sabido que o leiloeiro está inexoravelmente ligado à figura do leilão, que, doutrinariamente, é conceituado como sendo a venda pública de bem ou serviço a quem oferecer maior lance; sendo assim, o leiloeiro é agente delegado, que recebe a incumbência de exercer determinada atividade ou serviço público e o faz em nome próprio, submetido à fiscalização do agente delegante, qual seja, a Junta Comercial em que está devidamente matriculado.

18. O Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regulamenta a profissão de leiloeiro, definiu a finalidade da fiança devida às Juntas Comerciais pelos leiloeiros públicos como garantia do Poder Público para evitar possíveis prejuízos aos cofres públicos e a terceiros, *in verbis*:

Art. 7º A fiança responde pelas dívidas ou responsabilidades do leiloeiro, originadas por multas, infrações de disposições fiscais, impostos federais e estaduais relativos à profissão, saldos e produtos de leilões ou sinais que ele tenha recebido e pelas vendas efetuadas de bens de qualquer natureza, e subsistirá até 120 dias, após haver deixado o exercício da profissão, por exoneração voluntária, destituição ou falecimento.

19. Importante, ressaltar que a Instrução Normativa DNRC nº 113, de 28 de abril de 2010, que vigorava no início do procedimento administrativo apenas previa que o valor da caução poderia ser revisto a qualquer tempo, não prevendo qualquer penalidade caso a complementação não fosse realizada, vejamos:

Art. 5º A caução, em valor a ser arbitrado pela Junta Comercial, poderá ser prestada nas seguintes formas:

...

§ 2º O valor da caução arbitrado pela Junta Comercial poderá, a qualquer tempo, ser revisto, hipótese em que o leiloeiro matriculado deverá complementar o seu valor nominal, a fim de que o seu montante atenda às finalidades legais de garantia. A complementação a que se refere este parágrafo deverá ser realizada no prazo a ser fixado pela Junta Comercial.

§ 3º A fiança bancária e o seguro garantia obedecerão aos mesmos critérios da caução em dinheiro, devendo ser renovados ou atualizados anualmente.

20. Entretanto, com a revogação da Instrução Normativa DNRC nº 113, de 2010, a Instrução Normativa DREI nº 17, de 5 de dezembro de 2013, passou a prever que a falta da complementação da caução, sujeita o leiloeiro a processo administrativo de destituição, *in verbis*:

Art. 28. *Omissis*

...

§ 3º A falta da complementação a que se refere o parágrafo anterior, no prazo fixado pela Junta Comercial, sujeita o omissa a regular processo administrativo de destituição.

21. Dessa forma, caso não seja efetuada a complementação da caução, a Junta Comercial poderá instaurar processo administrativo disciplinar e aplicar a penalidade de destituição².

22. Sobre o cabimento da caução é jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ:

ADMINISTRATIVO E COMERCIAL – LEILOEIROS OFICIAIS – CAUÇÃO PARA RESPONDER PELAS DÍVIDAS OU RESPONSABILIDADES DECORRENTES DE MULTAS, INFRAÇÕES E IMPOSTOS – ATUALIZAÇÃO – CABIMENTO. Se o valor da caução prestada pelos leiloeiros oficiais perante as Juntas Comerciais, para responder pelas dívidas ou responsabilidade decorrentes de multa, infrações e impostos, tornar-se insignificante pelo decurso do tempo, a sua atualização em novos valores não configura nenhuma ilegalidade. Recurso improvido. (REsp 313.942/SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/06/2001, DJ 20/08/2001, p. 389)

23. No que tange à decisão do Plenário da JUCESP para que o processo seja sobrestado até que seja transitado em julgado a decisão judicial no Recurso Extraordinário nº 611.858, no Supremo Tribunal Federal - STF, uma vez que foi constatada a existência de repercussão geral, entendemos que não pode prosperar, pois, não encontra amparo legal.

24. Em consulta ao andamento do processo no STF, fls. 22 a 25 verificamos que o Tribunal concluiu pela repercussão geral e que não consta nenhuma decisão que determine a suspensão de processos judiciais, tampouco administrativos, assim, pedimos *vênia* para discordar da posição do Plenário quando este decidiu pela suspensão do processo, pelo fato de a matéria encontrar-se *sub-judice*, pois, atualmente, não se pode invocar o entendimento de que, estando a

² De acordo com autos a Procuradoria apresentou denúncia em 18 de setembro de 2014.

questão submetida ao Poder Judiciário, não poderá ser decidido na esfera administrativa, porquanto feriria o Princípio da Separação dos Poderes, harmônicos e independentes entre si.

25. Frisamos, ainda que o STF conceitua Repercussão Geral, como um instrumento processual que possibilita a seleção dos Recursos Extraordinários que serão analisados, conforme a relevância jurídica, política, social ou econômica, visando à diminuição dos processos encaminhados àquela casa, vez que, sendo constatada a repercussão geral, posteriormente, será analisado o mérito do recurso e, a decisão proveniente desse julgamento será aplicada pelas instâncias inferiores, em casos idênticos.

26. Sobre a repercussão geral o novo Código de Processo Civil dispõe que:

Art. 1.035 *Omissis*

...

§ 5º Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.

27. Assim, o reconhecimento da repercussão geral não implica o sobrestamento automático dos processos, o sobrestamento ocorreria apenas nos casos em que o próprio STF a determinasse, expressamente.

28. Dessa forma, em razão de todo o exposto, somos pelo conhecimento e provimento do presente recurso, para que o processo seja restituído à Junta Comercial do Estado de São Paulo para o seu regular julgamento.

29. Isto posto, sugerimos o encaminhamento do presente processo à Coordenação-Geral de Micro e Pequena Empresa da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República

À consideração superior.

Brasília, 18 de julho de 2016.

Amanda Mesquita Souto
Coordenadora
CGN/DREI/SEMPE/C.Civil-PR

Senhor Diretor,

De acordo com os termos do PARECER N° 29/2016/AMS/CGN/DREI, encaminhe-se o presente processo à Coordenação-Geral de Micro e Pequena Empresa da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

Brasília, 19 de julho de 2016.

Anne Caroline Nascimento da Silva
Coordenadora-Geral de Normas
CGN/DREI/SEMPE/C.Civil-PR

De acordo. Encaminhe-se conforme o proposto.

Brasília, 19 de julho de 2016.

Conrado Vitor Lopes Fernandes
Diretor
DREI/SEMPE/C.Civil-PR